**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **IVAN** WERBERICH

# UMA VISÃO DA ATUAL SITUAÇÃO DA VENEZUELA E OS REFLEXOS PARA A EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL BRASILEIRA EM RORAIMA

Rio de Janeiro

2018

Maj Inf **IVAN** WERBERICH

# Uma visão da atual situação da Venezuela e os reflexos para a expressão psicossocial brasileira em Roraima

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula em programa de pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf Antoine de Souza Cruz

Rio de Janeiro
2018

W484a Werberich, Ivan

Uma visão da atual situação da Venezuela e os reflexos para a expressão psicossocial brasileira em Roraima / Ivan Werberich. 2018.

54 f. : il ; 30cm.

Orientação: Antoine de Souza Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 51-54.

1. VENEZUELA. CRISE. MIGRAÇÃO. ASPECTO PSICOSSOCIAL. I. Título.

CDD 303.4

Maj Inf **IVAN** WERBERICH

# UMA VISÃO DA ATUAL SITUAÇÃO DA VENEZUELA E OS REFLEXOS PARA A EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL BRASILEIRA EM RORAIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em ___ de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
**ANTOINE** DE SOUZA CRUZ - Ten Cel Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
**CARLOS EDUARDO** DEMÉTRIO DOS SANTOS - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
LUIZ EDUARDO SANTOS **CERÁVOLO** - Maj Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e minhas filhas, fontes de inspiração e exemplo.

# AGRADECIMENTOS

Ao Senhor de todos os Exércitos, DEUS, pelo dom da vida e por todos os momentos de alegria e de sucesso já alcançados.

Ao Exército Brasileiro, pela oportunidade em realizar um trabalho monográfico, em uma área de importância estratégica como as Relações Internacionais.

Ao meu orientador, TC Inf Antoine de Souza Cruz, não apenas pela orientação sempre oportuna e objetiva, como também pelo incentivo e confiança demonstrados em várias oportunidades.

À minha esposa e companheira Márcia Khazzaka Werberich, pelo apoio irrestrito, carinho e compreensão pelo tempo em que tive que afastar-me, sendo fundamentais no sucesso da conclusão deste trabalho.

Às minhas filhas Vivian e Julia, que souberam compreender o momento em que estive mergulhado nos estudos e apoiaram sobremaneira a realização deste trabalho.

Aos meus pais Ivo Arno Werberich e Quisela Lourdes Werberich, sempre lembrados pelo exemplo e dedicação à família.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

**RESUMO**

A República Bolivariana da Venezuela vive uma crise econômica e institucional sem precedentes na sua história. O cenário foi sendo paulatinamente montado por conta de políticas econômicas fortemente influenciadas pela opção ideológica, bem como por disputas partidárias que, desbordando de quaisquer limites, culminaram em graves rupturas institucionais – a ponto de existir um Tribunal atuando no exílio e uma Assembléia Nacional cujos poderes foram confiscados pelo Judiciário - e na violação das regras basilares da Carta Magna vigente. A população, sofrendo a carestia de gêneros básicos e a deficiência na prestação de serviços públicos, observa seus direitos fundamentais serem desconsiderados devido à falta de independência dos tribunais, em que pese, paradoxalmente, a Constituição venezuelana possa ser considerada uma das mais avançadas no campo dos direitos dos cidadãos. Acossados pelas circunstâncias, milhares de venezuelanos têm cruzado a fronteira em busca de melhores condições de vida no Brasil, mais especificamente em Roraima. Diante disso, busca-se inferir em que medida esse processo migratório impacta no aspecto psicossocial daquele estado brasileiro.

Palavras-chave: Venezuela. Crise. Migração. Aspecto psicossocial.

**ABSTRACT**

The Bolivarian Republic of Venezuela is experiencing an economic and unprecedented crisis in its history. The scenario has been gradually modeling economic policies strongly influenced by the party disputes that, overflowing with limits, culminating in serious institutional disruptions - to the point where there is a in exile and a National Assembly whose powers were confiscated by the Judiciary - and in violation of the basic rules of the current Magna Carta. The population, suffering the dearth of basic goods and the deficiency in the provision of services public, observes that their fundamental rights are disregarded due to the lack of of independence from the courts, paradoxically weighing the Constitution Venezuelan government can be considered one of the most advanced in the field of of citizens. Harassed by the circumstances, thousands of Venezuelans crossed the border in search of better living conditions in Brazil, more specifically in Roraima. In view of this, it is sought to infer to what extent this migratory process impacts on the psychosocial aspect of that Brazilian state.

Keywords: Venezuela. Crisis. Migration. Psychosocial aspect.

## SUMÁRIO


1 **INTRODUÇÃO**..... 11

2 **METODOLOGIA**..... 13

3 **FALÊNCIA ESTATAL**..... 16

3.1 CARACTERÍSTICAS DOS ESTADOS FALIDOS..... 17

4 **ATUAL SITUAÇÃO VENEZUELANA**..... 24

5 **CONSEQUÊNCIAS DA CRISE VENEZUELANA PARA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL BRASILEIRA EM RORAIMA**..... 34

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL DO PODER NACIONAL..... 34

5.2 REFLEXOS LIGADOS À CULTURA..... 35

5.3 REFLEXOS PARA OS NÍVEIS DE BEM-ESTAR..... 37

5.4 REFLEXOS PARA A DINÂMICA ESTRUTURAL..... 42

5.5 OPERAÇÃO ACOLHIDA E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS..... 45

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 48

7 **REFERÊNCIAS**..... 51

# 1 INTRODUÇÃO

A República Bolivariana da Venezuela é um país localizado na parte norte da América do Sul, constituída por uma parte continental e um grande número de pequenas ilhas no Mar do Caribe, cuja capital e maior aglomeração urbana é a cidade de Caracas. Possui um território relativamente grande, sendo considerado o 32º maior país do mundo. Suas fronteiras são delimitadas a norte com o Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e a leste com a Guiana.

Atualmente, a Venezuela vem passando por uma crise econômica sem precedentes que, como efeito em cadeia, acabou se estendendo para uma crise social e política. Essa situação colocou uma grande parcela da população em questionamento sobre as políticas populistas adotadas pelo atual presidente Nicolás Maduro, em sua administração. Inflação, insegurança e escassez de produtos básicos já eram elementos no contexto da Venezuela em 2014, quando explodiram as manifestações de estudantes e opositores ao governo. Esses eventos resultaram, a época, em confrontos violentos e com a morte de 42 pessoas. A escalada da crise vem aumentando, pondo a Venezuela a caminho de uma falência generalizada. (OLIVEIRA, 2017)

A crise venezuelana foi formulada em um contexto complexo de inter-relação de vários fatores, como a alta dependência da importação de bens, a queda do preço do petróleo, sua maior fonte de divisas, e o controle estatal de produção e distribuição de produtos básicos. Todos esses fatores somados ocasionaram a inoperância do governo local, levando o país a uma profunda recessão econômica que refletiu nas demais áreas governamentais. Quando situações como esta acontecem, emergências humanitárias surgem como consequências inevitáveis (ROTBERG, 2003).

Este ambiente de incertezas e instabilidades tem provocado agitações no cenário político da América do Sul, uma vez que esta crise já apresenta consequências para seus vizinhos fronteiriços.

O Brasil, por sua vez, possui fronteira com a Venezuela através do estado de Roraima, sendo que Boa Vista, sua capital estadual, faz ligação por eixo rodoviário com a capital venezuelana, Caracas. Tal fato facilita a integração entre os dois países, ao mesmo tempo que os reflexos da crise na Venezuela são mais percebidos no estado roraimense.

Além disso, fatores ligados à população podem ser associados em função dessa crise. Nesse caso, uma das expressões do poder nacional brasileiro, dentre outras, estaria sendo colocado em evidência: a expressão psicossocial, ou seja, o conjunto de aspectos ligados à população, englobando sua formação cultural, interesse e aspirações, tradições, além da sua estruturação social. (BRASIL, 2004)

Dessa maneira, o presente trabalho pretende apresentar uma visão sobre os reflexos da situação venezuelana na expressão psicossocial do Brasil, mais especificamente em Roraima, contribuindo, dessa forma, para o arcabouço das considerações civis em operações militares nas faixas de fronteira do Brasil com a Venezuela.

Além disso, tal estudo evidencia a importância das Relações Internacionais destes países e principalmente a política exterior adotada pelo Brasil para fazer frente a essa situação.

Por último, cabe ressaltar a necessidade de estudos pormenores, uma vez que ainda são escassos os artigos acadêmicos sobre os reflexos da expressão psicossocial brasileira em Roraima. Isso deriva da contemporaneidade do assunto, haja vista que o mesmo remete a questões subjetivas de interpretação e análise da população da região. Assim, considerando a atualização constante dos fatos, a utilização de fontes secundárias faz-se necessária, tais como as informações disponibilizadas pela mídia local roraimense, o que pode, de certa forma, levar a um juízo de valor que não represente a realidade do momento.

## 2. METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade apresentar o caminho que se percorreu para solucionar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos necessários para alcançar os objetivos (geral e específica) apresentados.

Assim, o seguindo a Taxionomia de Vergara (2009), esta investigação científica trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Qualitativa porque, decorrente do que foi exposto no item anterior, surgiu a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada para investigar as possíveis intenções dos atos do governo venezuelano, por meio de fontes diversas que informassem aquilo que a imprensa oficial da Venezuela não publica. Também foi quantitativa, pois apresentou números sobre a economia, variação das taxas de inflação, números da emigração do país, taxas de desemprego, quantidade de homicídios, entre outros que viessem a ser julgados relevantes no decorrer da pesquisa.

Além disso, segundo a taxionomia de Vergara (2009), a pesquisa será também bibliográfica e documental, a fim de enriquecer com dados concretos sobre a situação real em Roraima e na Venezuela, pois serão elaboradas a partir de fontes documentais de instituições federais, estaduais e municipais, bem como de manuais, trabalhos científicos, artigos científicos, artigos digitais, livros e revistas. Estes últimos publicados por autores de reconhecida familiaridade com os assuntos relacionados ao tema.

Um aspecto relevante reside na delimitação espacial para a realização do presente estudo. Assim, este trabalho irá se limitar ao estudo dos fatores políticos, econômicos e psicossociais da Venezuela, por entender que tais aspectos são suficientes para a caraterização da conjuntura desse País. Além disso, abordará os reflexos para a expressão psicossocial brasileira, mais especificamente no estado de Roraima, por entender que os reflexos ali analisados terão maior relevância ao presente trabalho.

Outra consideração a ser feita será quanto ao corte temporal desse estudo, o qual será feito dentro de uma linha temporal dos últimos cinco anos, 2014 à 2018, sendo atualizado até julho deste último. Esse corte pauta-se pelo início da recessão econômica na Venezuela, em 2014, até as informações mais atuais para o atingimento do problema proposto.

O delineamento da pesquisa contempla as fases de levantamento e seleção de bibliografia, coleta de dados, crítica, leitura analítica, fichamento das fontes, argumentação e discussão dos resultados.

Este estudo servirá de aporte para constatar a situação da falência do Estado da Venezuela e apresentar os reflexos desta falência para os fatores psicossociais em Roraima.

É neste ambiente de instabilidade e incerteza vivenciada pelo Estado da Venezuela, com um aumento significativo da crise política, econômica e social que emerge a problemática da pesquisa que ora se delineia, ou seja, em que medida a crise enfrentada pela Venezuela traz consequências na expressão psicossocial brasileira.

Diante do cenário anteriormente elencado, constata-se que o Brasil passa a sofrer consequências da atual conjuntura da Venezuela em seu território, mais precisamente no Estado de Roraima. Dessa maneira, esta pesquisa se depara com o seguinte problema: quais são os reflexos da atual crise venezuelana para a expressão psicossocial brasileira no estado de Roraima?

Diante desse problema, esta pesquisa apresenta a seguir o objetivo geral: conhecer os reflexos da atual situação venezuelana para a expressão psicossocial brasileira em Roraima.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado foram formulados alguns objetivos específicos a serem alcançados, que balizarão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo e que serão elencados em seguida:

a. verificar se a atual situação da Venezuela pode ser enquadrada como falência estatal;

b. citar os fatores relevantes para a expressão psicossocial brasileira em Roraima;

c. apresentar os reflexos da atual situação venezuelana para esses fatores da expressão psicossocial brasileira em Roraima.

Partindo dessa premissa, essa pesquisa busca, inicialmente, caracterizar o conceito de falência estatal, apresentando os conceitos e características dos Estados falidos, explorando quais elementos contribuem para que o Estado enfraqueça, tornando possível identificá-los.

A seguir, os mesmos são correlacionados com o caso venezuelano, a fim de checar qual a profundidade dessa crise estatal. Para isso, foram utilizados os textos oriundos das ferramentas de busca na internet, como Google Acadêmico e os periódicos da Capes.

Em um terceiro momento, busca-se trazer os reflexos da atual conjuntura daquele país para o Brasil, mais especificamente para o estado de Roraima, sob a ótica de fatores psicossociais. Nesse caso, foi feito um estudo das notícias oriundas dos veículos de comunicação no estado de Roraima relacionadas a esses reflexos, bem como documentos de órgãos federais, estatais e municipais roraimenses, a fim de se obter uma percepção da situação de tais fatores. Com isso, buscou-se elucidar o problema dessa pesquisa, elucidando os reflexos da crise venezuelana na expressão psicossocial brasileira em Roraima.

No que diz respeito o tema “A atual situação da Venezuela e os reflexos para a expressão psicossocial brasileira em Roraima”, sinteticamente, foram manipuladas duas variáveis no esforço de resolver esse problema dessa pesquisa. A variável dependente é “os reflexos para a expressão psicossocial brasileira em Roraima”. A variável independente é “a atual situação da Venezuela”.

## 3 FALÊNCIA ESTATAL

A falência estatal e suas consequências têm estimulado muitos pesquisadores a se debruçarem sobre essa temática, com o intuito de estudá-la e entendê-la.

Os Estados se constituem como as unidades básicas de análise da ordem internacional. Assim, esta mesma ordem fica comprometida quando um número cada vez maior de Estados entra em processo de falência. As trágicas consequências da falência estatal fazem com que organizações internacionais e algumas grandes potências tenham que lidar com conflitos internos e emergências humanitárias na tentativa de socorrer os cidadãos e os próprios Estados falidos. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Muitos pesquisadores têm se dedicado a entender as consequências da falência estatal. O tema tem se mostrado ainda mais relevante após os ataques de 11 de setembro de 2001. Loescher e Milner (2005) argumentam que os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono levaram os EUA e seus aliados a dar mais atenção às políticas de segurança internacional a partir do prisma dos Estados falidos. Sendo assim, esses Estados vêm dando maior importância ao fato de que o vácuo de autoridade e a falência das instituições dão condições para que senhores da guerra, terroristas e a instabilidade crônica, floresçam e emanem de dentro dos Estados falidos. (LOESCHER, MILNER, 2005)

Para Fukuyama (2004), os Estados fracos se mostram como ameaças à ordem internacional, uma vez que são fonte de conflitos e graves abusos dos direitos humanos. O autor concorda com Loescher e Milner quando diz que Estados falidos são territórios que se transformaram em locais onde o terrorismo se constitui. Pensando assim, Fukuyama conclui que o fortalecimento desses Estados, por meio de várias formas de políticas de construção da paz é uma tarefa que se torna vital para a segurança internacional.

Rotberg (2003) diz que desde o fim da Guerra Fria um número cada vez maior de Estados está falindo, principalmente na África e na Ásia. Outros tantos têm se mostrado cada vez mais fracos, dando sinais de que podem falir. O autor também acredita que quanto mais fracos e propensos a falir, mais oportunidades se apresentam para que forças terroristas, movimentos rebeldes e outros atores não estatais deteriorem as condições de segurança, mobilizem mais aderentes, treinem grupos insurgentes e ganhem controle sobre recursos e territórios. Todas as vezes

que situações como estas acontecem, emergências humanitárias surgem como consequências inevitáveis.

A falência estatal geralmente resulta na interação prolongada de um número de fatores corrosivos, incluindo estagnação econômica, sectarismo político e étnico, corrupção, infraestrutura decadente e degradação ambiental. Tipicamente, estes fatores operam por um longo período de tempo, erodindo instituições e minando a autoridade do Estado. Um Estado deve exercer várias funções, e a mais importante delas, de acordo com Klare (2004), é a capacidade de proteger seus nacionais de ataques externos e da desordem interna. Quando um Estado já não é mais capaz de cumprir esta função sua autoridade diminui e assim caminha para o enfraquecimento. (KLARE apud MAZÃO, 2011)

## 3.1 CARACTERÍSTICAS DOS ESTADOS FALIDOS

Uma das formas de evitar que Estados enfraqueçam é saber identificar os sinais do enfraquecimento. Dessa maneira, ações de prevenção e reconstrução podem desacelerar este processo.

Muito do trabalho desenvolvido por Rotberg diz respeito a identificar as principais características e os indicadores do enfraquecimento dos Estados. Neste sentido, o autor classifica os Estados como sendo fortes, fracos, falidos e colapsados. Estados fortes são aqueles que possuem bom desempenho com relação ao provimento dos bens públicos. Já os Estados fracos apresentam um perfil misto, são capazes de prover certos bens públicos em diferentes medidas, mas deixam a desejar com relação a outros bens. Os termos falido e colapsado indicam consequência do processo de enfraquecimento, nesses casos a capacidade dos Estados de responder às demandas de seus cidadãos é altamente comprometida. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Indicadores como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano desenvolvido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, refletem essas categorias. Os Estados fortes sempre apresentam ótimo desempenho nestes índices, já os Estados falidos são sempre mal qualificados. (ROTBERG, 2003)

Os Estados fracos são vários dentro de um amplo espectro. Alguns se aproximando mais dos Estados fortes, outros da falência. Uns podem ser

inerentemente fracos devido a características geográficas e constrangimentos econômicos. Outros estão em situação de fraqueza em consequência de conflitos internos, governos ditatoriais e corrupção. Nesses Estados observa-se a existência de conflitos étnicos, linguísticos, religiosos, ou outro tipo de tensão que possa ocasionar antagonismos internos. Estados fracos não são capazes de prover bens públicos de maneira eficiente para seus cidadãos. A infraestrutura é deteriorada, os índices de corrupção são elevados, a lei é honrada parcialmente, a sociedade civil não é considerada e governos ditatoriais estão no poder. (ROTBERG, 2003).

Vários problemas são associados com a falência estatal. Alguns desses problemas, como já dito anteriormente, possuem impacto global. Os Estados falidos estão sempre associados a conflitos violentos, que são tanto causa como consequência da falência. As consequências geradas são perversas, como, por exemplo, os fluxos migratórios forçados que, além da violação dos direitos humanos, podem levar à disseminação da violência, ameaçando a estabilidade regional.

Para Rotberg (2003), é importante caracterizar Estados falidos uma vez que as pesquisas sobre este tema estão pouco avançadas e compostas por definições imprecisas. O autor afirma que vários critérios devem ser considerados de maneira conjunta para se avaliar a extensão do enfraquecimento de um Estado. Só assim é possível dizer se o enfraquecimento ou a falência são generalizados ou restritos a alguns setores do Estado. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Entender bem a natureza da falência estatal contribui para a criação de métodos capazes de prevenir a falência e reconstruir Estados. Em um estágio inicial ou intermediário, ainda seria possível, de acordo com Klare (2004), reverter o processo de enfraquecimento e evitar o colapso estatal. De acordo com o autor, a capacidade resistir à falência pode decair rapidamente quando milícias armadas emergem ou quando as forças de segurança do Estado se dividem em grupos semiautônomos. Depois que grupos rebeldes ou milícias se estabelecem, eles tendem a competir pelo controle do território, da população e dos recursos do Estado. Nesta situação, a transição do enfraquecimento para a falência é irreversível. (KLARE, 2004).

Estados são falidos quando estão consumidos por violência interna, quando perdem a capacidade de prover bens públicos para seus cidadãos, quando o governo perde a credibilidade, e quando o próprio Estado passa a ser questionado e deslegitimado por seus cidadãos. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Considerando que a função básica do Estado é a de prover métodos descentralizados de fornecimento de bens públicos para seus cidadãos, e de responder suas demandas, Rotberg classifica os Estados levando em conta suas capacidades de cumprir tais funções. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

São vários os bens públicos que um Estado deve prover, mas alguns são mais essenciais que outros. Segundo Rotberg (2003), existe uma hierarquia de bens públicos que deve ser levada em consideração. No topo desta hierarquia está a segurança. Nenhum bem público é tão essencial quanto a segurança, especialmente a segurança humana. Logo, este é um ponto fundamental a ser observado quando se pensa em falência estatal. Estados falidos são incapazes de prover segurança em todo seu território. Rotberg (2003) argumenta que indivíduos podem tentar garantir sua segurança individualmente, ou até grupos de indivíduos podem se juntar para organizar e conseguir bens e serviços que maximizam sua segurança. No entanto, o autor observa que indivíduos não conseguem arranjar, por si mesmos, todo o espectro de necessidades relativas à segurança. Tais necessidades podem somente ser supridas pela segurança pública. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Com relação à promoção da segurança, o Estado deve: prevenir invasões e infiltrações pela fronteira, e qualquer perda de território, eliminar ameaças domésticas ou ataques à estrutura da ordem nacional e social, prevenir o crime e todos os perigos relacionados à segurança humana doméstica; e capacitar os cidadãos para que possam resolver suas diferenças com o Estado e com seus coabitantes, sem recorrer a armas ou outras formas de coerção física. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Rotberg (2003) afirma que a segurança também diz respeito à promoção de regras e procedimentos que, de maneira conjunta, compõem um órgão executivo da lei, a segurança da propriedade e da inviolabilidade de contratos e de um sistema judicial eficaz.

A incapacidade do Estado em prover segurança de maneira eficiente para sua população é a característica mais importante da falência. Altos níveis de violência estão estritamente ligados à falência ou à probabilidade de falhar. Outros bens públicos somente podem ser fornecidos pelo Estado se a segurança for minimamente sustentada dentro do território. (ROTBERG, 2003)

Mas, a violência por si só não é elemento suficiente para caracterizar o Estado como sendo falido, ao mesmo tempo em que ausência de violência não significa necessariamente dizer que o Estado é forte. (ROTBERG, 2003)

Em todo Estado falido observam-se tensões entre comunidades internas. A existência de tensões entre minorias, comunidades, grupos ideológicos ou étnicos dentro de um Estado deve ser vista mais como fator que contribui para a falência, do que como a raiz da falência. Dessa maneira, a falência não pode ser entendida como a incapacidade de se construir Estados formados por grupos heterogêneos. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Nos Estados falidos os governos vitimam seus cidadãos. Movidos por questões étnicas ou movidos por hostilidades entre grupos rivais estes governos tipicamente oprimem parte da população. Reações de protesto contra este tipo de opressão são típicas ao processo de enfraquecimento estatal. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Outro indicador de falência estatal é a crescente violência criminal. Na medida em que o Estado enfraquece a desordem e o não cumprimento da lei tornam-se generalizados. A falência estatal é acompanhada pela ausência de lei. A polícia fica paralisada, atividades ilegais como tráfico de drogas tornam-se cada vez mais comuns. Grupos rebeldes como senhores de guerra passam a oferecer segurança para grupos aliados no lugar do Estado incapaz de prover tal bem público. Em índices como o IDH, tais características podem ser retratadas pelos altos níveis de homicídio e furtos. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Estados falidos possuem instituições fracas ou falhas. Tipicamente, só o poder executivo funciona. O poder legislativo, quando existente não é capaz de desempenhar suas funções. O judiciário é derivado do executivo, ao invés de ser independente. Os cidadãos sabem que não podem contar com a corte para recursos, especialmente contra o Estado. A burocracia perde o sentido de responsabilidade, e existe somente para levar adiante as ordens do executivo. O exército é, possivelmente, a única instituição com alguma integridade. No entanto, as forças armadas dos Estados falidos, geralmente, são altamente politizadas. O regime democrático não existe nesses Estados. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011).

É também um bem público essencial o direito de participação na vida política. Todo Estado deve assegurar aos seus cidadãos o direito de se eleger para cargos públicos, deve respeitar e apoiar as instituições políticas regionais e nacionais, deve tolerar as diferentes opiniões, e deve respeitar os direitos humanos e direitos civis fundamentais. (ROTBERG, 2003).

Infraestrutura deteriorada ou destruída tipifica o Estado falido. O sistema de comunicação geralmente não funciona, ou não atende a todo o território. Estradas são

abandonadas e a manutenção de canais de acessibilidade dentro do território deixa de ser prioridade. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

A queda real do PIB é um importante indicador da falência. Estados falidos apresentam queda sucessiva no valor deste índice. Os níveis de inflação são enormes, e a troca de moeda é realizada em qualquer lugar, legalmente ou não, podendo existir câmbios paralelos não oficiais. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

A falência é identificada em situações onde o Estado é incapaz de prover sistemas de educação, saúde, bancário, comunicação, rodoviário, transporte, e comercial para seus cidadãos. Normalmente estes sistemas passam a ser informalmente privatizados, e a qualidade do serviço é decadente. Por exemplo, medicamentos e materiais básicos para a educação são escassos, ao mesmo tempo em que professores e profissionais de saúde são mal pagos, ou não são pagos de maneira alguma. Em alguns casos, em que o Estado está de fato dividido, somente parte da população consegue ter acesso a tais serviços. Indicadores de tais características são: analfabetismo; mortalidade infantil; epidemia de AIDS e baixa expectativa de vida. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

Governos corruptos estão sempre presentes nos Estados falidos. Grupos privilegiados, aqueles próximos da oligarquia governante, têm acesso a oportunidades financeiras incomparáveis, nesses Estados. Elites corruptas tendem a investir seu dinheiro em outros lugares, e não no próprio país agravando ainda mais a falência econômica. (ROTBERG apud MAZÃO, 2011)

O autor Nicolas Van Walle (2004) foca nas causas econômicas do enfraquecimento do Estado. Walle divide estes fatores econômicos entre fatores estruturais e fatores contingentes. Os fatores econômicos estruturais que predispõem um Estado a falir são aqueles que pressionam ou impõem constrangimentos à formação do Estado. O autor define estes fatores estruturais como sendo características econômicas e sociológicas que são ficadas no curto e médio prazo. As capacidades fiscais e extrativas se destacam entre estes fatores, e são as capacidades institucionais mais importantes em um Estado fraco. (WALLE apud MAZÃO, 2011)

Walle (2004) diz que fatores estruturais podem somente explicar a propensão de um Estado falir. O caminho entre fraqueza, falência e colapso e a violência resulta dos fatores contingentes. Os fatores contingentes são os eventos de curto prazo frutos de ações de agentes políticos e econômicos. Walle exemplifica o ponto dizendo que

uma mudança de regime pode exacerbar conflitos étnicos. (WALLE apud OLIVEIRA, 2017)

Walle diz que dois fatores contingentes podem levar um Estado da fraqueza para a falência. O primeiro diz respeito às políticas macroeconômicas ruins, e o segundo ao relacionamento com doadores. (WALLE apud OLIVEIRA, 2017)

Políticas macroeconômicas ruins podem ter um efeito negativo na capacidade do Estado, uma vez que o deixam mais vulnerável. Estados fracos podem se fortalecer com o tempo quanto têm sucesso em adotar boas políticas econômicas e são capazes de manter políticas fiscais. Mas políticas ruins podem levar um Estado a falência, até o ponto em que Estado deixa de prover bens públicos para os seus cidadãos e agentes estatais tornam-se predatórios. Um exemplo desta situação é a República Democrática do Congo (RDC) no fim do governo de Mobuto. (WALLE apud OLIVEIRA, 2017)

Segundo Walle (2004) outros fatores externos podem precipitar a falência de um Estado. Grandes flutuações no preço de commodities, assim como seca e fome podem ser fatores externos que desafiam o Estado e tem papel importante na possibilidade de falência.

Conjuntamente estas características formam o conjunto de critérios pelos quais os Estados modernos podem ser julgados como, fortes, fracos e falidos ou colapsados. Ao analisar critério por critério, quanto mais fraco for o desempenho do Estado, maior a possibilidade de sua fraqueza se tornar fracasso. (WALLE apud OLIVEIRA, 2017)

Para Krasner (2004), os Estados falidos ou enfraquecidos mostram que a soberania interna não está funcionada. E quando um Estado não é capaz de controlar seus problemas internamente, estes problemas transbordam para os demais. No passado, Estados e outros atores não estatais com limitados recursos não eram capazes de ameaçar Estados poderosos, hoje isso não é mais uma verdade. (KRASNER apud OLIVEIRA, 2017)

Assim, percebe-se que a existência de vários critérios para qualificar um Estado não é uma questão definitiva. Os Estados, dentro dos critérios mencionados neste capítulo, estão em constante movimento, uns oscilando lentamente, demonstrando estabilidade, outros com movimentos mais abruptos, demonstrando instabilidade, estes últimos provocando na comunidade internacional certa apreensão.

Neste sentido, será verificado, a seguir, se a Venezuela se enquadra nos critérios levantados. É importante verificar em que medida essas características se enquadram na classificação de Rotberg, quanto a Estado fraco, falido ou colapsado.

## 4 ATUAL SITUAÇÃO VENEZUELANA

A Venezuela passa por uma crise política, econômica e social, de intensidade e relevo sem precedentes na História do país. Esta situação se estende desde os últimos meses do mandato de Hugo Chávez em 2013, prosseguindo ao longo do mandato do atual presidente Nicolás Maduro em 2017. (OLIVEIRA, 2017)

O governo de Hugo Chávez foi beneficiado com o aumento dos preços do petróleo no início da década de 2000. Este insumo é responsável por 96% das divisas de exportação, a chave da economia venezuelana, o que proporcionou ao governo recursos extras para investir em serviços públicos e melhorar as condições econômicas, culturais e sociais do país. Muitos investimentos foram empreendidos a favor das camadas mais baixas da população com viés populista, como a construção de milhares de clínicas médicas para os pobres e a expansão de alimentos e subsídios de habitação. Relatórios da Organização dos Estados Americanos (OEA) indicaram melhorias no analfabetismo, saúde e pobreza, e no avanço econômico e social. A qualidade de vida para os venezuelanos também melhorou, segundo índices da Organização das Nações Unidas (ONU).

Porém, ao final da presidência de Chávez no início do ano de 2010, as ações realizadas em seu governo ao longo dos anos anteriores, como o controle dos preços e excesso de gastos mostraram-se ser insustentáveis.

A economia ficou fragilizada e tudo que foi conquistado começou a desmoronar. Hugo Chávez morreu em 2013, acometido por problemas de saúde.

Nicolás Maduro, então vice-presidente, assumiu o mandato interinamente. Nas eleições do mesmo ano (2013) foi eleito presidente e deu continuidade a maioria das políticas econômicas de seu antecessor. Herdou, no entanto, uma Venezuela mergulhada em uma alta taxa de inflação, com grande escassez de bens e serviços e progressivo aumento do desemprego. Este contexto resultou no surgimento de movimentos sociais que tinham como propósito a mudança econômica e modelo produtivo, bem como o questionamento do sistema político e exigiam uma renovação democrática. (OLIVEIRA, 2017)

O principal movimento de oposição ao governo foi o estudantil, que lutava principalmente contra à precariedade e condições econômicas, a corrupção política, a escassez de produtos básicos, o fechamento de empresas, a deterioração da produtividade e da competitividade. Com isso, o exercício da presidência de Nicolás

Maduro foi marcado por vários protestos ao longo de seu mandato. (OLIVEIRA, 2017)

Essa situação se estende desde 2013, acirrando as relações do governo com a população. Muitas medidas foram adotadas com o intuito de reestabelecer a ordem, porém tiveram cunho antipopular e com teor autoritário, agravando ainda mais a combalida situação do presidente Nicolás Maduro. (OLIVEIRA, 2017)

Com relação à parte econômica, a queda dos preços do petróleo desde 2014 foi prejudicial a economia venezuelana, provocando no país a redução drástica dos recursos e das importações. Além disto, a política econômica de controle de preços e retenção de dólares americanos dos importadores venezuelanos, agravou ainda mais a situação. Houve escassez em produtos alimentícios que foram regulamentados pelo governo, tais como leite, vários tipos de carne, frango, café, arroz, óleo, pré-cozido, farinha, manteiga. Também ocorreu insuficiência em materiais de necessidades básicas como papel higiênico, produtos de higiene pessoal e medicamentos, gerando um desabastecimento quase crônico que, junto à maior inflação do mundo, fez com que grande parte da população tivesse problemas para conseguir comida. Além disto, a indústria ficou estagnada por falta de insumos. Segundo estimativas econômicas divulgadas, a economia venezuelana retrocedeu 11,3% em 2016. (OLIVEIRA, 2017)

Segundo OLIVEIRA (2017), a falta de alimentos básicos e essenciais afeta diretamente a população venezuelana. As principais imagens da crise que são mostradas nos noticiários são as das filas em torno dos supermercados. A espera pode chegar a várias horas para comprar uma quantidade limitada de produtos da cesta básica. Tal espera também não é garantia da compra dos itens necessários, pois a escassez é um dos grandes problemas da Venezuela atual juntamente com a inflação.

O severo desabastecimento é combinado com a inflação mais alta do mundo. Em 2013 a inflação já era considerada uma das mais altas do mundo, e em 2014, atingiu o índice mais alto da história do país chegando a 68,5%. Em 2015, a inflação havia atingido 180.9%, e, em 2016, teve aumento de incríveis 800%. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a projeção para 2017 ficou em torno dos 2.720%, corroendo de maneira drástica o poder aquisitivo da população, provocando a falta de planejamento econômico desde um simples cidadão até grupos empresariais mais complexos. Este colapso é atribuído, pelo

presidente Maduro, aos empresários da direita política como uma "guerra econômica", que tem como propósito desestabilizá-lo e aplicar um golpe de Estado junto com a oposição política, apoiada pelos Estados Unidos. (VALÉRIO, 2017)

Na parte política, a Venezuela está dividida entre os chamados chavistas, como são conhecidos os simpatizantes das políticas socialistas do ex-presidente Hugo Chávez, e os opositores, que esperam o fim dos 18 anos de poder do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). (VALÉRIO, 2017)

O choque de poderes passou a ser constante desde janeiro de 2016, quando a coalizão opositora, conhecida como Mesa da Unidade Democrática (MUD) adquiriu a maioria no Parlamento, assumindo o controle do Legislativo após 17 anos de hegemonia chavista, realizando ferrenha oposição ao governo. (VALÉRIO, 2017)

Essa nova conformação levou a um impasse político e a um conflito entre os Poderes alinhados com o Executivo, quais sejam, o Eleitoral e o Judiciário, e o Parlamento, este agora, com maioria composta por parlamentares de oposição ao atual governo. (VALÉRIO, 2017)

O Tribunal Supremo de Justiça – TSJ da Venezuela, visto pela oposição como alinhado ao governo de Maduro, declarou o Parlamento em desacato, e considerou suas decisões "nulas". No final de março, emitiu uma sentença assumindo as funções da Assembleia Nacional, onde a oposição tem maioria, e adotou temporariamente as competências do Parlamento, o que para a oposição foi considerado um verdadeiro "golpe de Estado". Com isso, deu-se início a uma mobilização que nem mesmo o recuo da alta corte ao reverter a própria sentença foi capaz de conter. As pessoas foram às ruas e os enfrentamentos recomeçaram. (VALÉRIO, 2017)

Para a oposição, a decisão da mais alta corte venezuelana foi a prova definitiva do rompimento da ordem democrática e representou a disposição de romper com a vontade popular expressada nas urnas. (VALÉRIO, 2017)

Outro aspecto que se destaca, nesta conjuntura, é o fato de que esse novo embate entre oposição e governo ocorreu em um momento em que não havia mais a possibilidade de convocar uma consulta popular para revogar o mandato de Nicolás Maduro, pois os prazos previstos na Constituição já haviam expirados. Além disso, houve uma total falta de interesse por parte do Conselho Nacional Eleitoral ao longo desse processo. Para a oposição, este conselho é controlado pelo governo,

o que dificultou ainda mais os propósitos do grupo opositor. (VALÉRIO, 2017)

A crise institucional chegou à Procuradoria. Em março de 2017, a procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Díaz, denunciou que o TSJ rompeu a ordem constitucional e passou a questionar de forma contundente o governo Maduro, após ter sido anos de linha chavista. (OLIVEIRA, 2017)

O governo processou Ortega, e isso pode resultar em sua destituição. Porém, independente disso, os governistas têm a intenção de instaurar uma Constituinte, o que levaria a uma mudança nos quadros do governo e consequentemente a renovação do cargo de procuradora-geral. Há a pretensão de colocar uma advogada chavista no mais alto cargo do Ministério Público. Enquanto isso, o Parlamento se apressa em nomear novos magistrados, embora isso não seja reconhecido pelo TSJ e pelo governo. (VALÉRIO, 2017)

Com o aprofundamento da crise econômica venezuelana, há sinais de queda na popularidade e o enfraquecimento do apoio entre os mais pobres ao presidente Maduro, bem como de possíveis fraturas internas do chavismo, ambiente propício para a oposição expor suas principais demandas, como a antecipação das eleições presidenciais e a libertação de presos políticos detidos desde os protestos de janeiro de 2014. Há também a demanda pela devolução das competências da Assembleia Nacional e pela renovação dos outros poderes do Estado, como o Tribunal Supremo de Justiça e o Conselho Nacional Eleitoral, que, de acordo com a oposição, contam com juízes alinhados com o governo. (VALÉRIO, 2017)

Com relação à questão militar, percebe-se que, desde o governo de Hugo Chávez, as Forças Armadas da Venezuela, titulada de Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), esteve altamente politizada e a serviço dos intentos chavistas. Ao longo do período, manteve-se leal ao regime do presidente Nicolás Maduro. As declarações públicas, como o manifesto de apoio incondicional da FANB ao Vice-Presidente Tareck el Aissami e outras ações do General-em-Chefe Vladimir Padrino López, Ministro da Defesa e Comandante Estratégico Operacional, comprovam a conduta de apoio em questão. (OLIVEIRA, 2017)

Em 20 de março de 2017, o General Padrino López conduziu reunião com todos os Comandantes de Zonas Operativas de Defesa Integral, para avaliar supostas ameaças contra a Venezuela e analisar aspectos importantes para o adestramento da tropa. Nesse contexto, afirmou que a FANB rechaça todo e qualquer intento de intervencionismo, lembrando que os Estados Unidos da América

emitiram decreto, no qual “declararam a Venezuela como uma ameaça extraordinária para a segurança regional”. (OLIVEIRA, 2017)

É importante destacar que, no orçamento do Governo venezuelano para 2017, foram destinados 767,8 bilhões de bolívares para o Ministério da Defesa, tornando-se o quarto maior orçamento entre as Pastas, no ano anterior ocupava a oitava posição. Assim, o orçamento do Ministério da Defesa é nove vezes maior que o orçamento do Ministério da Alimentação, em que pese a crise de abastecimento de alimentos vivenciada no país. (OLIVEIRA, 2017)

Outro ator que surge neste contexto são as milícias armadas, chamados de “Coletivos”, uma herança do chavismo na Venezuela. Nos últimos anos tornaram-se autênticas forças paramilitares, bastante ativas contra os opositores que protestam contra o governo de Maduro. (OLIVEIRA, 2017)

Estes grupos paramilitares surgiram nos anos de 1960 sem grande expressão. Porém, com a ascensão de Hugo Chávez à presidência e seu projeto de “Revolução Bolivariana”, as milícias adquiriram relevância nacional e passaram a ser o braço armado do projeto do governo. Para isso, receberam armamento, equipamentos de vigilância, veículos e sistema de comunicações e passaram a patrulhar as cidades onde a polícia não exercia controle. A partir daí as milícias ficaram mais fortalecidas e tomaram rumos mais extremistas. (OLIVEIRA, 2017)

Aliados à extrema-esquerda, as milícias são tidas como defensores do governo e trabalham lado a lado com as Forças Armadas venezuelanas e com o partido do governo, o PSUV, que assegura o seu financiamento. (OLIVEIRA, 2017)

Com relação a questão social, o desemprego é um dos maiores problemas enfrentados pelos venezuelanos. A crise proporcionou, na Venezuela, o maior desemprego de sua história, corroborado pela alta inflação e pela expropriação de empresas privadas por parte do governo. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2016 o desempregou atingiu em média 18%, sendo considerado a economia mais miserável do mundo por dois anos consecutivos. (VALÉRIO, 2017)

Na questão da saúde, em 2013 já havia sinais de crise hospitalar devido à escassez de medicamentos. Em consequência, a expectativa de vida ficou comprometida, uma vez que pacientes com doenças como câncer, epilepsia, diabetes, entre outras, que necessitavam dessas drogas, tiveram seu fluxo de medicamentos comprometidos, agravando o estado geral desse público. (OLIVEIRA, 2017)

A crise nos hospitais foi acentuada pela falta de suprimento de toda ordem, desde medicamentos básicos como os antialérgicos, os anti-inflamatórios e os analgésicos até os utensílios hospitalares tais como seringas, bisturis, entre outros. A falta de recursos para a aquisição de novos equipamentos obrigava a manutenção dos já existentes que por vezes era prejudicada pela escassez de produtos de limpeza, dificultando mais ainda a situação.

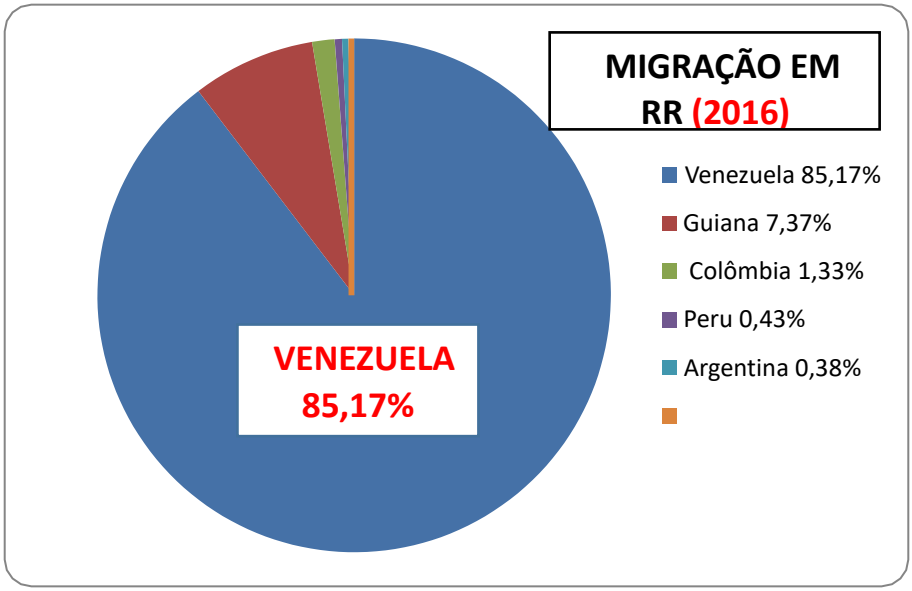
Com relação a emigração, nos últimos anos, o número de venezuelanos que solicitaram pedidos de emigração aumentou de forma considerável. Na Colômbia, somente no primeiro trimestre de 2015, ocorreram a entrada de 9.456 venezuelanos, 5.236 mais do que no ano anterior. De acordo com Relatório do Governo Colombiano, os números consolidados de certificados estrangeiros emitidos para cidadãos venezuelanos têm aumento de 548% em 7 anos. Esta situação coloca a Venezuela como o país com o maior número de vistos emitidos em 2014 com aproximadamente 12.000 vistos. (OLIVEIRA, 2017)

A imigração de venezuelanos no Brasil ocorreu e ocorre, em sua maioria, no extremo norte do país, em especial no estado de Roraima, onde é estabelecido a fronteira com a Venezuela. Este estado recebeu um grande número de refugiados venezuelanos que cruzaram a fronteira em busca de alimentos, remédios e uma melhor qualidade de vida. Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão ligado ao Ministério da Justiça, o número de venezuelanos que pediram refúgio ao Brasil aumentou 1.036% entre os anos de 2013 a 2015. É evidente que este crescente pedido por refúgio está relacionado às situações vivenciadas pela Venezuela que atualmente enfrenta uma crise sem precedentes. Tal pedido de refúgio é analisado por este mesmo órgão que está ligado ao Ministério da Justiça. Muitos venezuelanos, porém, encontram-se no Brasil de forma ilegal. (VALÉRIO, 2017)

Em todo o ano de 2016, ocorreu um aumento do fluxo de venezuelanos para Roraima. As instituições do estado apresentaram dificuldade em realizar o controle eficiente do fluxo migratório. Ressalta-se, porém, que a maioria dos deslocamentos para aquele estado era efetuada para aquisição de gêneros alimentícios e posterior retorno a Venezuela, que se encontrava desabastecido. A prova disso é a cidade de Pacaraima/RR, na fronteira entre Brasil e Venezuela, que, diariamente, recebia centenas de venezuelanos que atravessavam a fronteira para adquirir produtos básicos de alimentação. Outros, porém, permanecem no Brasil a procura de refúgio

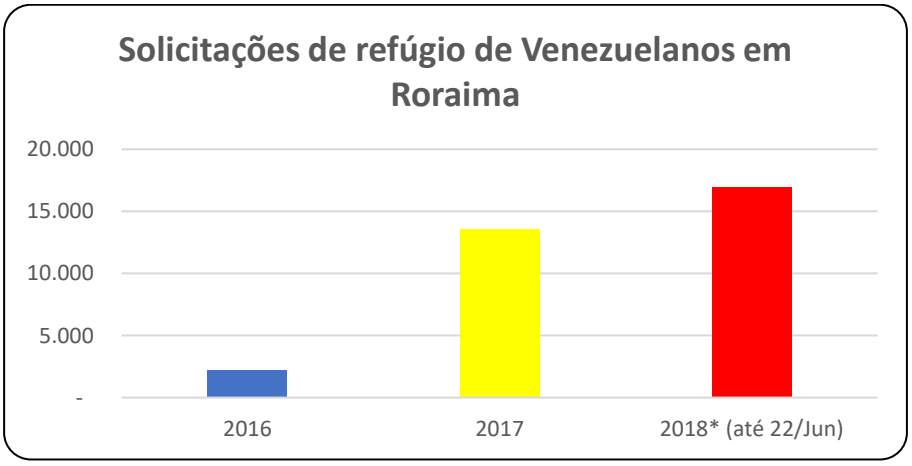
e, enquanto não se legalizam, muitos deles encontram-se em situação de mendicância, morando nas ruas, realizando trabalhos informais e se prostituindo. (OLIVEIRA, 2017)

Nesse mesmo período, a migração venezuelana atingiu 85,17% de todo o fluxo migratório legalizado (66.947 estrangeiros) em Roraima, seguido por guianenses, colombianos, peruanos, argentinos, haitianos e outras nacionalidades.




Fonte: SRDPF/RR

Segundo a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Roraima (SRDPF/RR), em 2016, no Estado de Roraima, foram feitas um total de 3.115 solicitações de refúgio, sendo 2.230 de venezuelanos e 642 para cubanos. A partir de 2017, houve uma alta abrupta: foram recebidos 13.583 pedidos de venezuelanos em Roraima no ano de 2017, enquanto que em 2018, até 22 de junho, ultrapassou as 16 mil solicitações de refúgio.




Fonte: SRDPF/RR

A situação na Venezuela não parece ser de fácil solução. Segundo o Jornal da Universidade de São Paulo – USP, até julho de 2017, mais de 100 pessoas já morreram e o número de prisões políticas já ultrapassa 500. Para agravar a situação, em 30 de julho de 2017, Nicolás Maduro realizou eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte, alegando que essa medida irá ajudar a frear um suposto golpe em andamento e uma ditadura na Venezuela. Para a oposição, a própria Constituinte é, por si só, um golpe e exige a restauração da Assembleia Nacional, de novas eleições gerais e a libertação de presos políticos. Apesar das diferentes interpretações, o fato é que, em agosto daquele mesmo ano, os membros da Constituinte outorgaram a si plenos poderes, declarando e assumindo o controle total das instituições venezuelanas (OLIVEIRA, 2017).

A Assembleia Constituinte foi erigida à posição de instituição preponderante no país, acima do parlamento (oposicionista) e do Executivo. Além da aprovação de cinco leis constitucionais (Lei para a criação do Consórcio Agroalimentar do Sul (Agrosur), Lei de abastecimento soberano e de preços acordados (Plano 50), Lei do Regime Tributário para o Desenvolvimento Soberano do Arco Mineiro, Lei de promoção e proteção do investimento estrangeiro e a Lei sobre Unidade Tributária Sancionatória) a Assembléia destituiu a procuradora Luisa Ortega, encerrando investigações abertas contra juízes, funcionários públicos e até o presidente, nomeando Terek Willian Saab para o cargo. Também foi criada uma comissão da verdade com amplos poderes visando a apuração dos atos de violência que resultaram em mortes durante os protestos contra o governo. Segundo o artigo 345 da atual constituição da República Bolivariana, promulgada no ano de 1999 durante a gestão de Hugo Chavez, a aprovação do texto dependeria de um referendo popular, cuja observância oportunamente deverá ser examinada pela Assembleia Constituinte. (SILVA, 2018)

Em agosto de 2017 os países integrantes do Mercosul, decidem suspender a Venezuela do bloco. O documento, assinado em São Paulo aos 5 de agosto de 2017 pela República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, traz como justificativa para a medida ter sido constatada a ruptura da ordem democrática na República Bolivariana da Venezuela, bem assim que não foram registradas medidas eficazes e oportunas para a restauração da ordem democrática por parte daquele país. Corroborando as expectativas de que a instabilidade institucional venezuelana

estaria ainda longe de acabar, a Assembleia Nacional (cujo poder foi esvaziado pelo Judiciário) nomeou novos membros para o Tribunal Supremo da Venezuela durante os protestos de 2017 a fim de substituírem os juízes que tomaram posse em 2015, contra os quais pesa inclusive a suspeita de parcialidade. Os novos membros, obviamente não reconhecidos pelo Estado venezuelano, se encontram exilados no exterior (Panamá, Chile, Colômbia e Estados Unidos) e formam o chamado *Tribunal Supremo de Justicia de Venezuela em en el exilio*, ou *TSJ en el exterior*, contribuindo para o enfraquecimento institucional nesse país. (SILVA, 2018)

Logo em seguida, foi criado o Grupo de Lima, em 08 de Agosto de 2017, no qual os Ministros das Relações Exteriores e Representantes de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, reunidos na cidade de Lima, Peru, abordaram a situação crítica na Venezuela e exploraram maneiras de contribuir para a restauração da democracia naquele país por intermédio de uma solução pacífica e negociada. Dentre outros problemas, a Declaração de Lima (produto final desse encontro) exigia a libertação de "presos políticos", pedia eleições livres, oferecia ajuda humanitária e condenava a ruptura da ordem democrática na Venezuela sob o governo bolivariano. Entretanto, não houve sensibilização do governo de Maduro face a essas exigências, criando um distanciamento político da Venezuela com muitos dos países latino-americanos. (SILVA, 2018)

Ainda há de ser mencionado as eleições presidenciais e para os parlamentos estaduais, previstas para dezembro de 2018, porém realizadas em 20 de maio deste ano. Muito embora se esperasse que o pleito pudesse trazer mais estabilidade ao país, as irregularidades do calendário eleitoral, incluindo a falta de competência da Assembleia Constituinte para convocar as eleições, impedindo a participação de partidos políticos da oposição e a falta de tempo para as funções eleitorais padrões, fizeram com que diversos atores do sistema internacional não reconhecessem tal processo eleitoral, incluindo o governo brasileiro. O resultado desse processo, com a reeleição de Nicolás Maduro, foi marcado de polêmicas e da maior abstenção da história do país, sendo que cerca de 54% dos venezuelanos aptos a votar não foram às urnas. (SILVA, 2018)

O resultado dessa eleição ampliou ainda mais a crise política no país. Na ocasião, o Brasil, juntamente com os países integrantes do Grupo de Lima, afirmou

que não reconheceria a legitimidade do processo eleitoral realizado pela Venezuela em 2018. A perpetuação de um governo considerado ilegítimo dificultou ainda mais as relações internacionais venezuelanas, principalmente com seus países limítrofes. (PERU, 2018)

Assim, a atual crise político-econômica vivida na Venezuela é um reflexo de uma série de episódios que ocorreram no país desde a transição de governo de Hugo Chávez para Nicolás Maduro e que se estende aos dias atuais. A partir da queda do valor comercial do principal expoente da economia nacional, o barril do petróleo, a estabilidade do plano de governo chavista foi abalada e os efeitos acabaram atingindo serviços essenciais para a população. Com todo cenário delicado enfrentado na Venezuela, muitos habitantes vieram para o Brasil com o objetivo de se reestabelecerem trazendo consigo suas famílias.

# 5 CONSEQUÊNCIAS DA CRISE VENEZUELANA PARA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL BRASILEIRA EM RORAIMA

## 5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL DO PODER NACIONAL

O poder nacional pode ser interpretado como um conjunto integrado dos meios de toda ordem de que dispõe a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter os objetivos nacionais. Para melhor compreensão, é estudado em cinco expressões: política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar. (BRASIL, 2004)

Por sua vez, expressão psicossocial é a expressão do poder nacional diretamente ligada à população, englobando sua formação histórica e cultural, interesse e aspirações, tradições, além da sua estruturação social. Serve, assim, como base para as outras expressões do poder. (BRASIL, 2004)

De acordo com o manual da Escola Superior de Guerra, 2014, a expressão psicossocial poder ser analisada segundo os seguintes fatores, dentre outros: Cultura; Nível de Bem-Estar; e Dinâmica Estrutural.

A Cultura refere-se a toda produção material (obras de civilização) e, principalmente, imaterial da sociedade, o que inclui todo o universo simbólico, os valores, o conhecimento descoberto ou natural (ciências físico-matemáticas e da natureza), o conhecimento criado (a teologia, a filosofia, a literatura, as artes e a música), todas as formas de relação social e todas as regularidades no comportamento dos membros da sociedade, com exclusão daquelas regularidades que são de caráter hereditário. (BRASIL, 2014)

O Nível de Bem-Estar corresponde ao entendimento de necessidades relativas à sobrevivência e à forma de vida tida por boa no contexto de uma sociedade. Assim, dentre os aspectos mais relevantes para as percepções de níveis de Bem-Estar, ressaltam-se: a saúde, alimentação, habitação, saneamento básico, educação, trabalho, seguridade social (previdência e assistência social), segurança e urbanização. (BRASIL, 2004)

A Dinâmica Estrutural envolve todas as formas de relacionamento entre grupos sociais das mais variadas dimensões, considerada sua sinergia, tanto do ponto de vista intragrupo, quanto intergrupo. As dinâmicas familiares, populacional, os

processos de interação social e aqueles que determinam a mobilidade social incluem-se entre os principais aspectos da dinâmica estrutural da sociedade. (BRASIL, 2004)

Assim, de uma maneira geral, a expressão psicossocial abrange pessoas, ideais, utopias, instituições, normas, estruturas, grupos, comunidades, recursos e organizações, integrados num vasto complexo orientado para o alcance de objetivos sociais valiosos, situados no seu campo de interesse, ou além, que podem satisfazer às necessidades, aos interesses e as aspirações da sociedade.

Os fatores acima elencados serão pormenorizados a seguir, dentro do contexto da sociedade brasileira no estado de Roraima, em face de uma das principais consequências da crise na Venezuela: o intenso fluxo migratório deste país para o para o estado roraimense.

## 5.2 REFLEXOS LIGADOS À CULTURA

A Cultura resulta da ação social, consistindo, de maneira geral, em todas as formas de comportamento, explícitas ou implícitas, adquiridas ou transmitidas mediante símbolos, conformando-se no patrimônio singular dos agrupamentos sociais humanos. (BRASIL, 2004)

A obra de formação da Cultura é concomitante à construção da sociedade e deriva da série infinita de ensaios feitos pelo grupo humano na tentativa de institucionalizar-se. A divisão histórica do trabalho e a atribuição simultânea de tarefas, bem como o desenvolvimento da interdependência e o crescimento da previsibilidade dos comportamentos individuais a padrões habituais, são concomitantes a um outro grande processo, inevitavelmente a ele associado — o desenvolvimento de um certo grau de unidade psicológica. (BRASIL, 2014)

É a interação desses dois grandes fenômenos — o enquadramento da ação dos indivíduos em padrões habituais, de um lado, e de outro, a crescente identificação com o grupo (um certo espírito-de-corpo, efeito da unidade psicológica) — que vai tornar possíveis dois outros fenômenos interdependentes conhecidos como “sociedade e cultura”. A sociedade é uma organização de indivíduos (personalizados), de grupos e de comunidades, enquanto a Cultura reúne valores e ideias estruturados, reações emocionais condicionadas a eles associados e padrões de comportamento de que participam, mais ou menos, todos os membros da sociedade. (BRASIL, 2014)

Nesse sentido, as formas explicitas de fatores culturais enquadram-se, entre outras, em um idioma comum. Mesmo que haja a existência de dialetos derivados desse mesmo idioma, a unidade de língua é fator de coesão entre os habitantes da área, ao passo que a sua diversidade não favorece sua coesão.

Segundo estudos da ACNUR em Roraima, no ano de 2017, a grande maioria dos venezuelanos presentes no estado apresentam pouco conhecimento do idioma Português, além de não estudar o idioma. Tal fato dificulta um processo de integração com a população brasileira local, mesmo com as similitudes existentes entre os idiomas Português (idioma oficial brasileiro) e Espanhol (idioma oficial venezuelano).

Já o processo de socialização corresponde a um longo processo, que inclui a parte de escolarização formal e a de convivência na sociedade com os diferentes grupos, envolvendo complexas relações de cooperação, competição, conflito, acomodação e assimilação. Nesse sentido, pode-se afirmar que esse processo de socialização será mais ou menos rápido de acordo com a disposição do indivíduo em aceitar os valores culturais daquela sociedade. (BRASIL, 2004)

Segundo Santos (2018), os migrantes venezuelanos em Roraima são identificados como uma categoria social marginalizada, assim sendo que os comportamentos dos venezuelanos parecem inaceitáveis pelos brasileiros quando buscam comparar a cultura brasileira à venezuelana. No caso específico da imigração venezuelana nessa região, as redes de relações sociais são empreendidas como elemento analítico para a apreensão dos processos de interação social desses migrantes com a sociedade estabelecida, acarretando em implicações em geral negativas nos agrupamentos sociais naquele estado brasileiro.

Outrossim, existe, entre grande parte dos migrantes venezuelanos, uma percepção do valor das diferenças (étnicas e outras) e uma constante adaptação ao modo de vida brasileiro, que pode ser entendida resumidamente como contato permanente com a cultura de outro grupo social, bem como resistência frente ao processo de estigmatização. (SANTOS, 2018)

A partir do momento que haja pouco interesse por parte dos venezuelanos em adaptar-se à cultura local, conforme estudos divulgados pela ACNUR em 2017, tais processos de integração e socialização junto à população brasileira em Roraima ficam prejudicados, podendo acarretar em desequilíbrios internos dentro do estado roraimense.

## 5.3 REFLEXOS PARA OS NÍVEIS DE BEM-ESTAR

Os níveis de Bem-Estar refletem-se de maneira imediata na capacidade de contribuição para o Poder Nacional, atual e futuro, e sua avaliação implica a análise da eficácia com que os diferentes órgãos da sociedade desempenham suas funções.

Assim, dentre os aspectos mais relevantes para as percepções de níveis de Bem-Estar, ressaltam-se: a saúde, alimentação, habitação, saneamento básico, educação, trabalho, seguridade social (previdência e assistência social), segurança e urbanização. Tais aspectos serão descritos de maneira pormenorizada a seguir.

Um dos aspectos mais importantes que compõe o nível de Bem-Estar é a saúde. Esta é um direito fundamental do Homem, que deve fruí-la e conservá-la em seu benefício e da coletividade. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é conceituada como o estado de completo Bem-Estar físico, mental e social do Homem e não apenas como ausência de afecções ou de doenças. (BRASIL, 2004)

A saúde e sua conservação devem ser entendidas no plano ideal. No entanto, exibir uma condição de saúde compatível com as possibilidades normais ditadas pelos padrões da cultura, bem como viver num ambiente livre de agressões, naturais ou provocadas, constituem metas cujo alcance pode e deve ser pragmaticamente procurado. Deste modo, pode-se admitir que é totalmente factível uma administração dos recursos preocupada com a saúde de todos, atribuindo-lhe uma prioridade especial, correspondente à sua importância para aquela boa forma de vida, que é justa aspiração da pessoa. (BRASIL, 2014)

Entretanto, em relação ao Estado de Roraima, entende-se que questão da saúde é a mais crítica, pois afeta a todos independentemente de nacionalidade. Mesmo após a assinatura, em dezembro de 2016, do Decreto declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) nos municípios de Pacaraima/RR e Boa Vista/RR, não houve diminuição dos impactos ocasionados pelo intenso e constante fluxo migratório venezuelano no Sistema Único de Saúde (SUS). (ETEL, 2018)

Além disso, a aprovação brasileira da nova Lei de Migração em 2017 garante ao migrante, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo também assegurados o acesso a serviços públicos de saúde, de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e

da condição migratória. Como reflexo desta situação, ocorreu o colapso no sistema de saúde em Roraima, o qual, segundo Anselmo (2017) já não se encontrava nas melhores condições.

Outro fato que pode ser citado é o aparecimento do sarampo em fevereiro de 2018, trazido por imigrantes venezuelanos ao estado roraimense. Essa doença, altamente contagiosa e erradicada do Brasil desde 2016, amplia a crise na área de saúde em Roraima, além de contribuir para a estigmatização desses imigrantes naquela região. (SENHORAS, 2018)

As carências alimentares de grandes contingentes populacionais, constituem-se em fator adverso dos mais perigosos. O desabastecimento de produtos alimentares na Venezuela constituiu-se em uma das razões para o exacerbado movimento migratório venezuelano. Milhares de venezuelanos buscaram na imigração para Roraima a solução para essa carência alimentar, causando relativo impacto no abastecimento das cidades locais. (ETEL, 2018)

Outro problema encontrado na imigração é relativo ao local de acolhimento desses imigrantes. A habitação é o espaço físico e social, o ambiente institucional da família. Como espaço físico, a habitação é inviolável; como ambiente, cria uma relação de correspondência entre a estabilidade de moradia e a segurança pessoal. A moradia representa mais que o espaço onde o Homem habita quando não está em atividades fora de casa. Ela tem forte sentido de proteção, gerando sentimentos de segurança. (CASTRO, 2010)

Consequentemente, todas as dificuldades ligadas à habitação e às suas condições geram tensões e insegurança. São inúmeras as repercussões sociais decorrentes da problemática da moradia, o que justifica a existência de programas de apoio governamental e privado. (CASTRO, 2010)

Com relação a esse assunto, existem centenas de venezuelanos que estão morando em barracas de camping e estruturas improvisadas com madeira, lona e tecido em 'favelas' nas ruas de Boa Vista, esperando alguma vaga em abrigos específicos para os refugiados em meio à falta de comida, água e banheiros. As instalações são precárias e a falta de utensílios faz praticamente tudo ser improvisado: latas e baldes de tinta viram panelas; cercas, árvores e calçadas ficam cobertas de roupas secando ao sol, como se fossem varal. À beira da rua, venezuelanos lavam roupas e outros fazem fogueiras para cozinhar. Tais condições de vida contribuem para uma associação negativa à imigração venezuelana em Roraima. (SANTOS, 2018)

Por sua vez, o saneamento básico é o controle de todos os fatores do ambiente que exercem ou possam exercer efeitos deletérios sobre o Bem-Estar físico, mental ou social do Homem. A condição essencial do sentir-se bem, do ponto de vista psicossocial, resulta do ajustamento ou adaptação que o Homem consegue em relação a si mesmo e ao meio onde vive e convive. Assim interpretado, o saneamento básico cria condições para o ser humano alcançar e conservar uma de suas mais caras aspirações, a saúde. Contrariamente, a falta ou deficiência do saneamento básico constitui-se numa das mais sérias agressões ao Homem e à própria sociedade. (CASTRO, 2010)

Compete ao Poder Público promover, com vista ao saneamento, o estabelecimento de uma infraestrutura adequada, não só nas cidades como no meio rural, em quantidade e qualidade, de forma a propiciar nível de vida compatível com a dignidade humana. Assim, com o aumento de venezuelanos morando em ruas das cidades roraimenses, sem disponibilidade de latrinas ou banheiros públicos, o grau de insalubridade nessas áreas aumenta e compromete seu sistema de saneamento. (BRASIL, 2014)

A educação, tanto formal quanto informal, é outro elemento importante para a definição do nível de Bem-Estar. Constitui vetor das informações necessárias para praticar a forma de vida tida como boa, não apenas na medida em que capacita para o agir, mas, também, enquanto cria condições para que o Homem atribua a sua experiência o significado capaz de valorizá-la. (CASTRO, 2010)

Em relação a educação, segundo a Secretaria Estadual de Educação de Roraima (SEED), verificou-se que a rede estadual de ensino, quanto a matrículas de crianças venezuelanas, registrou um aumento de 400% nos primeiros cinco meses de 2016, com 999 crianças matriculadas, em relação a todo o ano de 2015 com apenas 248. Como consequência, o número de vagas nas escolas da rede pública do estado diminui, passando a existir uma concorrência com as crianças roraimenses. Assim, persistindo a crise, como reflexo para o estado, haveria a necessidade de construção de mais escolas e a contratação de mais profissionais da área, onerando ainda mais o restrito orçamento estadual.

O trabalho é outro elemento essencial ao Bem-Estar, seja pelo que representa em termos de auto expressão do indivíduo, seja pelo seu significado como meio para garantir, para si e para sua família, condições de sobrevivência e de progresso pessoal. A certeza de remuneração condigna, o respeito da sociedade pelas tarefas

que desempenha, intelectuais ou manuais, são expectativas que, satisfeitas, proporcionam ao Homem uma sensação de segurança, indispensável à sua realização como pessoa. Para isso é mister que a capacitação para o trabalho contemple a aquisição de habilidades adequadas às realidades cambiantes do mercado, o que será tanto mais gratificante quanto mais se concilie com as aptidões e os interesses do trabalhador. (BRASIL, 2014)

Os imigrantes venezuelanos têm chegado ao país e, em sua maioria, após buscar a sua regularização permanecem junto à fronteira em Pacaraima/RR ou se dirigem à capital Boa Vista em busca de trabalho. Por outro lado, as estatísticas obtidas a partir da pesquisa do CNIg/MT indicam que apenas 28,4% dos entrevistados se encontravam empregados, estando a grande maioria desempregada ou trabalhando em alguma atividade autônoma. Essa realidade tem se mostrado negativa tanto para os imigrantes – que ficam perambulando ou agrupados em logradouros públicos à espera de algum auxílio ou trabalho eventual – como para a estrutura das referidas cidades, as quais não estariam comportando o incremento populacional repentino. (SANTOS, 2018)

Além disso, tem sido bastante comum venezuelanos trabalharem sem garantias sociais e recebendo menos que outros trabalhadores brasileiros. Este cenário contribui para que o processo migratório de venezuelanos para o Brasil exerça influência negativa nas configurações das relações sociais na sociedade de destino, bem como na sociedade de origem. (SANTOS, 2018)

A seguridade social refere-se à garantia que a sociedade, notadamente por intermédio do Estado, oferece a cada pessoa que a integra, quanto à percepção, em determinadas situações, de proventos, benefícios e oportunidades pessoais, utilizando-se dos órgãos de assistência social, dentre outros. É aquela espécie de garantia oferecida às pessoas que não dispõem de meios suficientes contra os riscos de que não se podem preservar por seu próprio esforço e provisão. (BRASIL, 2014)

A assistência social se faz presente na iniciativa particular, de caráter confessional ou leigo, a par da atividade estatal. Quanto maiores as carências, maiores as responsabilidades sociais, que não podem ser assumidas exclusivamente pelo Estado. A oferta de assistência aos necessitados e, consequentemente, de oportunidades sociais, constitui dever moral de todos os que possam fazê-lo e, numa sociedade democrática, também, um direito dos que o queiram fazer. (BRASIL, 2014)

Cabe assinalar que a seguridade social se constitui numa forma de redistribuição de renda e pode significar, em grande parte, aliada a outros fatores, valioso mecanismo de reordenação de oportunidades sociais. (CASTRO, 2010)

Quando essa seguridade social se encontra ausente, dentro do contexto migratório, a inferioridade social liga-se também à desqualificação social da condição de como se garante o sustento do dia a dia. Essa realidade permite que os venezuelanos que passam pela experiência da desqualificação social adotem uma estratégia de distanciamento quando entram em contato com o grupo de brasileiros que pratica ações de xenofobia. Fora esse aspecto, receber maus tratos da sociedade estabelecida no local de destino representa um custo simbólico, pois a situação de desqualificação social contribui para alterar a dignidade e a identidade social desses migrantes, favorecendo a marginalização e a desintegração no local de destino. (SANTOS, 2018)

As seguranças individual e comunitária, importantes elementos do Bem-Estar, parece ser diretamente proporcional à eficiência e à eficácia dos sistemas jurídico, policial e penitenciário. Essa variável psicossocial encontra correspondência jurídica no conceito de Segurança Pública, que se prende, precipuamente, à manutenção da Ordem Pública, o que se realiza por meio da garantia da Ordem Jurídica. (BRASIL, 2014)

Além disso, o sentimento da segurança pessoal, quanto à manutenção da integridade física, moral e patrimonial, alia-se à perspectiva de que tal segurança não pode ser obtida senão mediante um esforço coletivo, imprescindível para a obtenção dos níveis adequados de interação entre os aspectos da Expressão Psicossocial. Contrariamente, o sentimento de insegurança, percebido individual ou comunitariamente, leva a diferentes formas de desagregação social, enfraquecendo o próprio Poder Nacional. (BRASIL, 2014)

Quanto à segurança, pode-se salientar que o aumento do número de pessoas ociosas na fronteira, por falta de emprego, além de gerar mendicância, trabalho informal e menor arrecadação fiscal, contribuiu ainda para o aumento da criminalidade e da violência. O acréscimo dos índices de criminalidade na capital de Roraima pode ser associado ao movimento migratório, mas não há base confirmando tais dados. Mesmo assim, essa associação migração-criminalidade contribui para a segregação da população local para com os migrantes venezuelanos.

## 5.4 REFLEXOS PARA A DINÂMICA ESTRUTURAL

A Dinâmica Estrutural envolve todas as formas de relacionamento entre grupos sociais das mais variadas dimensões, considerada sua sinergia, tanto do ponto de vista intragrupo, quanto intergrupo. As dinâmicas familiares, populacional, os processos de interação social e aqueles que determinam a mobilidade social incluem-se entre os principais aspectos da dinâmica estrutural da sociedade. (BRASIL, 2014)

Os processos interativos são os alicerces da vida social, estando presentes em todos os demais. Não são estanques e, na realidade social, acontecem simultaneamente entre pessoas, grupos, instituições ou sociedades.

No ato de conviver, o Homem interage, isto é, exerce influências recíprocas que interferem no comportamento. Qualquer interação social pode trazer dois tipos de resultados: agregação, quando há uma identificação comum dentro dos valores culturais, e desagregação, quando ocorrem antagonismos entre os indivíduos de determinado grupo. (BRASIL, 2014)

Todos os problemas relativos à dinâmica das populações se incluem na dinâmica estrutural da sociedade. A significação da dinâmica populacional decorre do fato de ser imprescindível ao planejamento o conhecimento da configuração da realidade populacional e, mais do que isso, das suas tendências a médio e longo prazos. Em consequência, a análise das variáveis demográficas é impositiva. Dentre elas cabe enumerar: mortalidade, fecundidade e migração. Indicadores, como taxa de fecundidade, são elementos de quantificação dessas variáveis. (BRASIL, 2014)

Assim, dentre os aspectos mais relevantes para uma análise da dinâmica estrutural, ressaltam-se: trabalho, mobilidade social, equilíbrio social, distribuição espacial das populações. Tais aspectos serão descritos de maneira pormenorizada a seguir.

O trabalho relaciona-se ao problema do emprego e do subemprego, cuja geração decorre de modificações estruturais, entre as produzidas pela mudança de métodos e técnicas de produção. Esse problema assume considerável dimensão nas sociedades contemporâneas, especialmente naquelas que vivem fase de expansão demográfica e mudança estrutural tecnológica. (CASTRO, 2010)

A existência, a consciência e a superposição das realidades do trabalhador e do empregador vão propiciar não só a possibilidade de realização pessoal para ambos mas, também, despertar o sentido da comunhão de interesses.

A institucionalização das relações de trabalho, fruto da dinâmica dessas relações, tem, em parte, normas fixadas pelo Estado. Ao Estado cabe representar os interesses da sociedade, procurando harmonizar interesses e dar uma resposta global aos diferentes conflitos. A atuação do Estado liga-se, nessa área, sobretudo, ao objetivo fundamental da paz social. (BRASIL, 2014)

A falta de emprego e a sua aplicação de maneira informal favorece a aplicabilidade de subempregos, fora de legislações trabalhistas e garantias constitucionais. Dessa maneira contextualizada, tem sido bastante comum venezuelanos trabalharem sem garantias sociais e recebendo menos que outros trabalhadores brasileiros, bem como aumento de Venezuelanos prestando serviço informal de lavagem de vidros em semáforos de Boa Vista. Além dos condutores locais não demonstrarem interesse no tipo de serviço que os venezuelanos desempenham, este cenário contribui para que o processo migratório exerça influência negativa nas configurações das relações sociais na sociedade roraimense. (SANTOS, 2018)

A mobilidade social constitui aspecto marcante de todas as sociedades, sendo especialmente intensa nas sociedades democráticas pela oportunidade que estas proporcionam aos seus integrantes de, livremente, escolherem o seu caminho. Uma sociedade que permita a realização da pessoa é possível pela participação com base no respeito e responsabilidade. (BRASIL, 2014)

Há dois tipos de mobilidade social: vertical e horizontal. A vertical resulta do aproveitamento das oportunidades de vida, das aptidões individuais e, sobretudo, da vontade que impulsionará a pessoa a ultrapassar os óbices existentes. Muito frequentemente, depende, também, da sorte ou tipo de ajuda recebida. (BRASIL, 2014)

A mobilidade social ascendente consiste na elevação social, ou seja, a posição atual é mais elevada do que a ocupada anteriormente. Em nível individual, relaciona-se com maior prestígio, melhor remuneração e possibilidade de acesso a bens e serviços antes não atingidos. (BRASIL, 2014)

A mobilidade social descendente pode ocorrer por diversos motivos, como perda de emprego, momentos de crise ou de depressão. Esse tipo de mobilidade traz mais dificuldades de ajustamento que a ascendente, tanto para o indivíduo quanto para o grupo familiar pelas alterações de relacionamento, hábitos de consumo, local de moradia e até preferências. (BRASIL, 2014)

O efeito da crise venezuelana acarretou em uma onda migratória que busca, dentre outras, pela possibilidade de mobilidade social ascendente. Uma vez que seu país de origem não oferece condições para que isso ocorra, em função da grave crise econômica que o assola, o processo migratório vem ao encontro dessas aspirações. Entretanto, poucos são os casos de sucesso nesse intento, particularmente no caso roraimense. (SANTOS, 2018)

Já a mobilidade social horizontal diz respeito à mudança, das pessoas, no espaço social, sem alteração do status. A mobilidade social horizontal, embora menos significativa para uma avaliação das oportunidades de realização oferecidas por uma sociedade aberta, é bastante reveladora da dinâmica social, evidenciando alterações na estrutura da sociedade. A migração é a forma de mobilidade social horizontal que ocorre no espaço geográfico. (BRASIL, 2014)

Tal fenômeno é o que ocorre em muitos casos venezuelanos, onde, na busca por ascensão social, o que ocorre na verdade é somente sua mobilidade social de maneira horizontal, uma vez que muitos imigrantes não conseguem uma situação social melhor em Roraima. Assim, os venezuelanos que começaram a migrar em massa para o Brasil, sobretudo a partir de 2015, compartilham um processo ambíguo de desqualificação social devido a muitos terem ensino superior e desempenharem trabalhos informais, passando pela interiorização de uma identidade incerta e estigmatizada. Mas, por outro lado, pela possibilidade concreta de interação com os brasileiros, ainda que periférica, reitera-se a experiência migratória como processo de adaptação e resistência no cotidiano fronteiriço. (SANTOS, 2018)

Partindo de uma análise da variedade de atividades desempenhadas pelos venezuelanos na ocasião da migração e as poucas possibilidades de trabalho no local de destino, correspondentes a outras funções trabalhistas consideradas inferiores, esses migrantes carregam, no plano subjetivo e simbólico, as marcas do estigma e um reconhecimento negativo do exercício da atividade que desempenham, principalmente nas ruas. A condição dos venezuelanos nos semáforos das ruas de Boa Vista contribui na repercussão negativa dessa condição no âmbito das relações sociais tecidas entre esses migrantes e a sociedade estabelecida na capital de Roraima. (SANTOS, 2018)

Em termos locais, foi oportunizado o deslocamento para outros Estados com melhores condições de abrigá-los. Observa-se que tal deslocamento tem sido

voluntário, constando da pesquisa realizada pelo CNIg/MT que 77% dos entrevistados estariam dispostos a se deslocarem para outros estados em busca de trabalho. (SIMÕES, 2017)

Quando se analisa a distribuição espacial das populações, a urbanização aparece como um dos fatores mais notáveis de nosso tempo, principalmente nos países menos desenvolvidos. Nestes, o fenômeno vem ocorrendo de forma acelerada e contribui para o contínuo decréscimo da eficácia das ações administrativas. Escolas, hospitais, saneamento básico, sistemas viários e de transportes, entre outros serviços, têm que crescer muito rapidamente, exigindo recursos maiores do que podem ser obtidos por meio da arrecadação. O deslocamento acelerado para a cidade cria, portanto, inúmeros problemas, incluindo-se, ainda, a dificuldade da economia absorver novos e grandes contingentes de mão-de-obra de pouca ou nenhuma qualificação. O fenômeno é grave e acarreta níveis de expectativa de difícil satisfação. (BRASIL, 2014)

Assim, esse fato se agrava à medida que muitos imigrantes não são assistidos pelo Estado Brasileiro, havendo um aumento desses indivíduos à marginalização em centros urbanos espalhados por Roraima, em especial nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. A consequência é, muitas vezes, a favelização desses indivíduos em decorrência do crescimento acelerado e desordenado da população urbana em municípios roraimenses, acarretando num aumento do processo de estigmatização dos migrantes venezuelanos dentro da sociedade roraimense.

## 5.5 OPERAÇÃO ACOLHIDA E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Diante desse cenário, em fevereiro de 2018, o Presidente da República, Michel Temer, decidiu assinar uma medida provisória e dois decretos, que viabilizaram a missão em favor dos imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade no Estado de Roraima, devido à crise política, institucional e socioeconômica vivida pela República Bolivariana da Venezuela.

Desse modo, foi criada a Operação Acolhida, em cujo contexto foi estabelecida a Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima. A Operação é conjunta, interagências e de natureza humanitária, envolvendo as Forças Armadas e vários órgãos da esfera federal, estadual e municipal, além de agências internacionais e organizações não governamentais. (DIAS, 2018)

A Operação Acolhida iniciou suas atividades no dia 14 de março de 2018, não tendo previsão para o seu término. Entretanto, os recursos recebidos são para um ano de atividades. O comando da Operação está a cargo do General de Divisão Eduardo Pazuello, adido ao Comando Militar da Amazônia. A missão é cooperar com os governos federal, estadual e municipal, com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela, que se encontram em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas). Para o cumprimento desse objetivo, é realizado apoio logístico em transporte, alimentação e saúde, bem como suporte para o processo de interiorização. Além disso, trabalham-se triagem, identificação, imunização, construção, recuperação e ampliação de abrigos. (DIAS, 2018)

Na fronteira do Brasil com a Venezuela, no município de Pacaraima, foi desdobrado um Posto de Recepção e Identificação, um Posto de Triagem e um módulo de Hospital de Campanha, que funciona como um Posto de Atendimento Avançado. No Posto Recepção e Identificação, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) orienta os imigrantes sobre as regras para a entrada no Brasil, a Polícia Federal faz o controle migratório normal, que ocorre em qualquer fronteira brasileira, e o Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) fazem, respectivamente, a vacinação e a triagem sanitária. Também será disponibilizado atendimento médico para casos de emergência. No controle migratório, os imigrantes podem optar por entrar no País como turistas, e assim seguirem viagem; declarar interesse por residência temporária no Brasil ou solicitar refúgio. Os que se enquadrarem nas duas últimas opções são encaminhados ao Posto de Triagem. (DIAS, 2018)

Já o Posto de Atendimento Avançado prestará atendimento médico de emergência, sendo a primeira linha de barreira sanitária. Casos de maior gravidade poderão ser encaminhados ao Hospital Délio de Oliveira Tupinambá, em Pacaraima. Quanto aos abrigos, as Forças Armadas realizam as ações de atendimento básico de saúde, segurança, alimentação, reforma e melhoria de infraestruturas. Atualmente, há nove abrigos em funcionamento no Estado, sendo oito em Boa Vista e um em Pacaraima. A gestão e o cadastramento dos imigrantes, dentro dos abrigos, ficam a cargo do ACNUR, das organizações não governamentais Fraternidade sem Fronteiras e Fraternidade-Federação Humanitária Internacional, além de outros parceiros. (DIAS, 2018)

Após o acolhimento, os imigrantes podem optar por três destinos: inserção no mercado de trabalho local, interiorização para outros estados do Brasil ou retorno voluntário ao seu país de origem. O Comitê Federal de Assistência Emergencial instituiu o Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima. A Força-Tarefa Logística Humanitária coopera com apoio logístico nos processos de interiorização. Até o momento, foram interiorizadas 527 pessoas, que saíram de Boa Vista com destino a São Paulo, Cuiabá e Manaus. A Força Aérea Brasileira foi a responsável por recepcionar e embarcar os imigrantes, que partiram em busca de melhores condições de empregabilidade. Considera-se positivo o saldo da operação até o momento. Em face dos desafios da logística na região, foram retirados 1.136 desassistidos das Praças Simón Bolivar e Capitão Clóvis, cerca de 4 mil imigrantes abrigados, sendo 1.134 de origem indígena e 3 mil atendimentos médicos. (DIAS, 2018)

No decorrer dos trabalhos, tem sido possível observar o reconhecimento da população brasileira pelas Forças Armadas. Além de desempenhar missões humanitárias, voltadas para a criação e a manutenção de um ambiente seguro e estável, os militares carregam em suas fardas o amor pela Instituição, a preservação dos valores éticos e o poder de contribuição humanitária e moral. (DIAS, 2018)

Em síntese, pode-se afirmar que os aspectos e fatores ligados à expressão psicossocial do poder nacional revelam de que maneira os mesmos podem influenciar a população nacional, impactando negativamente, em sua maioria, determinados setores da sociedade. Há uma busca pela mitigação desses índices psicossociais negativos através do emprego das Forças Armadas, forças auxiliares e alguns setores públicos, porém aparentemente tais esforços ainda são insuficientes face à demanda cada vez mais crescente da imigração venezuelana em Roraima.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a República Bolivariana da Venezuela vive uma intensa crise institucional, com prejuízo à separação de poderes prevista constitucionalmente e a aplicação efetiva das garantias fundamentais previstas na Carta daquele país. Há levantamentos realizados pelas Nações Unidas e estudos doutrinários que apontam para a utilização do poder estatal para o cerceio da atividade de oposição ao atual governo e à dissuasão de manifestações populares contrárias ao grupo que se encontra atualmente no poder. As perspectivas futuras não se apresentam favoráveis, diante da iminente reforma constitucional que poderá sedimentar juridicamente as práticas negativas que já vem sendo adotadas, as quais contam com a reprovação de países vizinhos e organismos internacionais.

No plano econômico, a opção venezuelana pela concentração da economia em torno apenas dos recursos advindos do petróleo acarretou instabilidade à saúde financeira do país, o que, aliado a ausência de políticas que alterassem essa realidade ou adaptassem o orçamento interno à nova realidade e a forte tendência socializante e dependente dos meios de produção em relação ao Estado, causaram um quadro de hiperinflação, desemprego, desabastecimento e má performance dos serviços públicos, em especial no âmbito da saúde. Entretanto, tal quadro ainda não se enquadra em uma situação de falência estatal, mas sim em um Estado fraco, cuja migração populacional surge como consequência desse quadro.

A estatização dos principais setores da economia como turismo, alimentação e energia, ocasiona a redução da produtividade que se agravou com a queda do preço do petróleo, principal recurso para a compra de matéria-prima para as indústrias governamentais e para a compra de produtos básicos. Consequentemente, o resultado foi uma crise econômica sem precedentes que se intensifica cada vez mais.

Observa-se, dessa maneira, uma Venezuela combalida, com um conturbado momento político, com uma grande desordem interna, com uma economia em queda livre, escassez generalizada de produtos, com uma violência urbana crescente e desenfreada, levando o país à beira do colapso e uma falência declarada.

Dentre as opções possíveis, o Brasil, por ser um país vizinho, tem sido cada vez mais procurado pelos venezuelanos, sendo que o principal destino dos venezuelanos tem sido o Estado de Roraima, precisamente as cidades de Pacaraima

e Boa Vista, como demonstrado anteriormente. Em geral, a fronteira seca, sem obstáculos naturais, transformou Roraima no destino mais acessível.

Diante desse quadro, a migração rumo ao Brasil aumentou de forma exponencial a partir do ano de 2016, obrigando o país a adotar medidas visando a recepção dos venezuelanos, a maioria deles buscando refúgio ou residência no país. Em que pese certa demora para o encaminhamento da questão, providências no campo jurídico, transporte subsidiado ou gratuito para outras regiões, e outras medidas de cunho administrativo, considera-se que o tratamento apesar de longe do ideal, amolda-se, em tese, aos princípios constitucionais e aos tratados acolhidos pelo Estado Brasileiro.

Contudo, em relação a determinados índices negativos ligados a aspectos psicossociais, principalmente em relação à saúde e segurança pública, há de se considerar o aumento do preconceito com relação aos venezuelanos por parte da população brasileira, em especial em Roraima, chegando ao ponto, em alguns casos extremos, de haver xenofobia. Frente a essa realidade, o governo brasileiro busca alternativas para dinamizar o fluxo migratório de venezuelanos em seu território, principalmente através da Operação Acolhida, capitaneada pelo Exército Brasileiro em integração com outros órgãos governamentais e não-governamentais.

Esses processos consolidam a ideia de que são necessárias mais políticas públicas que possam absorver melhor os venezuelanos recém-chegados a Roraima. Neste sentido, para que a degradação da solidariedade e dos vínculos sociais seja minimizada no contexto migratório de venezuelanos em Roraima, uma política pública de suporte ao emprego, por exemplo, desde que devidamente planejada com entidades federativas e com o setor privado, torna-se cada vez mais necessária.

Diante disso, buscou-se elucidar possíveis respostas ao problema elencado nesta pesquisa, ou seja, quais os reflexos da atual crise venezuelana para a expressão psicossocial brasileira em Roraima. Dessa maneira, conclui-se que a complexidade desse problema exige do Estado brasileiro a capacidade de análise ampliada e interlocução entre os setores diretamente envolvidos, especialmente no que tange às políticas de saúde, de educação, de trabalho e de habitação. Caso contrário, corre-se o risco de incorrer no equívoco de transformar fenômeno complexo e, ao que tudo indica ascendente, em intervenções pontuais que não são eficazes nem na garantia dos direitos humanos, nem no alento das políticas públicas. Nesse sentido, assinala-se os desafios existentes no que se refere às definições de

competências institucionais e a inexistência de um órgão ou Ministério que centralize uma política voltada para as especificidades dos migrantes, ressaltando a urgência de definições mais precisas sobre as responsabilidades institucionais, bem como da produção de informações a esse respeito.

## 7 REFERÊNCIAS

_____. **Informação e documentação** – Referências – Elaboração (ABNT NBR 6023:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. 24 p.

BARALDI, CBF**. Migrações Internacionais, Direitos Humanos e Cidadania Sul-Americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana.** Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, 2014.

**BONFIM,** U. C. **GEOPOLÍTICA**. ESCOLA DE COMANDO E. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO. ENSINO A DISTÂNCIA. CPEAEx / EAD. Rio de janeiro: 2005. Disponível em: <http://cp.eceme.ensino.eb.br/docs/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA NA ECEME – MANUAL (ME 21-259) - EXPERIMENTAL**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

BRASIL. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR (ECEME). **ME 21-253: Formatação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Rio de janeiro, 2008.

BRASIL. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR (ECEME). **ME 21-259: Trabalhos acadêmicos na ECEME** - Manual. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **C 124-1 Estratégia.** 4. ed. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Manual básico** - Volume II. Rio de Janeiro, 2014.

CAMBRICOLI, Fabiana. **Crime cresce em Boa Vista e Venezuelanos levam a culpa.** O Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,crime-cresce-em-boa-vista-e-imigracao-de-venezuelanos-leva-a-culpa,70002278466> Acesso em: 04 Set 2018.

CASTRO, Tiago Castro de. **MÉTODO DE PREPARAÇÃO E ABORDAGEM DE TEMAS E QUESTÕES DISCURSIVAS DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E GEOESTRATÉGIA.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

CAVALCANTI, Leonardo et al. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE ALMEIDA, Tainá Aragão; SANTI, Vilso Junior. SOMOS MIGRANTES: O USO DAS REDES SOCIAIS NA PRODUÇÃO MIDIÁTICA ALTERNATIVA SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA. **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 2, n. 1, p. 136-156, 2018.

DE MORAIS, Vângela Maria Isidoro; SANTOS, Luan Correia Cunha. MEDIAÇÕES E CIBERCULTURA: ESTUDO DE COMENTÁRIOS EM MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA. **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 1, n. 2, p. 120-144, 2017.

DIAS, Clarissa. **Operação Acolhida: a mão amiga em Roraima.** EBLog, 2018. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/operacao-acolhida-esperanca-para-venezuelanos-desassistidos-no-estado-de-roraima-1.html > Acesso em: 05 Ago 2018.

ETEL, Matielo Matielo et al. Migração e Saúde no Brasil. In: **Cuba Salud 2018**. 2018. Disponível em: <http://www.convencionsalud2017.sld.cu/index.php/connvencionsalud/2018/paper/view/1987/861>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

FUKUYAMA, Francis. **A Construção de Estados: Governo e organização no século XXI**. Rio de janeiro, Editora Rocco, 1ed, p.171, 2004.

GOMES, A. T. **O colapso e a reconstrução**: uma análise do discurso sobre Estados falidos e reconstrução de Estados. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

**GUIA DO ESTUDANTE – ATUALIDADES – VESTIBULAR+ENEM**. São Paulo: Ed. Abril, n. 25. – 15 mar. 2017. Semestral.

LOBATO, Madson Soares. QUESTÕES HUMANAS: O DESLOCAMENTO DE PESSOAS VENEZUELANAS E AS IMPLICAÇÕES NA ÓRBITA LEGAL INTERNACIONAL. **CORPO EDITORIAL**, v. 5, n. 3, p. 127, 2017.

LOESCHER, Gil; MILNER, James. **Protracted Refugee Situations: Domestic and International Security Implications**. Oxford : Routledge for the International Institute for Strategic Studies, 95p., 2005.

MAZÃO, Isabela de Oliveira. **Situações de refúgio prolongado e estados falidos**. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontífice Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MENDES, Amanda. **Brasil recebe certificado de eliminação do sarampo**. In: Portal do Ministério da Saúde, **2016.** Disponível em: < http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/25846-brasil-recebe-certificado-de-eliminacao-do-sarampo>. Acesso em: 04 Set 2018.

NETO, Lucas Francisco. VENEZUELA E MIGRAÇÕES. **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, 2017.

OLIVEIRA, Carlos Anselmo de Sá. **A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil**. 50 p. Monografia (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2017.

PERU. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de Lima**. Disponível em: <http://www.rree.gob.pe/SitePages/declaracion_conjunta.aspx?id=DC-007-17> Acesso em: 15 Fev 2018.

PETRUS, Gabriel Merheb. **O Haiti como Estado falido: da exportação de democracia à reconstrução institucional**. 2012. <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/11606/1/2012_GabrielMerhebPetrus.pdf> Acesso em 09/03/2018.

PINTO, Lara Constantino; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. **A CRISE DOS REFUGIADOS NA VENEZUELA E A RELAÇÃO COM O BRASIL.** 2018.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela.** Estud. av., São Paulo, v. 20, n. 57, p. 197-207 Aug. 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200015>. Acesso em: 06 Mar. 2018.

ROTBERG, R I. **Nation-State failure**: a recurring phenomenon?, v. 2020, 2003 Disponível em: < http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/cia/nic2020/panel2_nov6.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SANTOS, Alessandra Rufino. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos.** 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/180609. Acesso em: 03 Set 2018.

SENHORAS, Eloi Martins. **Crise Migratória: tendência é de aumento na entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil.** 2018.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país.** Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=23834>. Acesso em: 24/08/2018.

SILVA, Eduardo Mauat Da. **Migrações Internacionais: análise da situação venezuelana.** Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2018. Disponível em: < http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/17988>. Acesso em: 30 Ago 2018.

SOARES, Tainanda Oliveira; SOUSA, Edenize Santos; MENEZES, Nathália da Silva Oliveira. A RELAÇÃO ENTRE OS ALUNOS VENEZUELANOS E OS PIBIDIANOS DA ESCOLA FRANCISCA ELZIKA DE SOUZA COELHO. **Anais do Forint-Fórum de Integração do IFRR**, v. 4, n. 4, 2017.

VALÉRIO, Luis Henrique Gonçalves. **A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil: o caso Roraima.** 87 p. Monografia (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2017.